

PROGRAMA
HISTÓRIA
ORAL

DESEMBARGADOR
OTÁVIO AUGUSTO
BARBOSA



ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

Otávio Augusto Barbosa, filho de Dalila Vicente Barbosa e Milton Sebastião Barbosa – também Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e que dá nome ao Fórum de Brasília, nasceu em 30/01/1946, em Andradas – no estado de Minas Gerais. Antes de ser aprovado no VIII Concurso para magistratura do DF, em 1979, trabalhou como Assessor de Planejamento do TJDFT, entre 1975 e 1976, e Assessor de Desembargador, de 1976 a 1979. Torna-se Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal, em 30/10/1980. A promoção para Desembargador ocorre em 27/08/1992. Após assumir o cargo de Desembargador, ocupou diversos cargos na Alta Administração do TJDFT, Vice-Presidente (2002-2004) e Presidente (2010-2012); e do TREF, Vice-

-Presidente e Corregedor (2000-2002) e Presidente (2006-2008). Também foi Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (2007-2009). Casado, pai de dois filhos, um deles também magistrado da Justiça do DF, aposentou-se em 19/05/2014, depois de trinta e quatro anos como magistrado. Durante sessão do Tribunal Pleno – órgão do qual todos os Desembargadores do TJDFT participam –, realizada no seu último dia de trabalho, recebeu inúmeras homenagens, inclusive do Presidente do Tribunal, Getúlio Vargas de Moraes Oliveira, aprovado no mesmo concurso do Desembargador Otávio Augusto, que assumiu “manter a caneta em suspenso por um bom tempo” ao se deparar com o pedido de aposentadoria do Desembargador.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador Otávio, vamos começar nossa entrevista deste Projeto Memória que tem um objetivo realmente precedente para história da Justiça em Brasília e para até, também, a história da própria cidade de Brasília, porque a história da Justiça acaba influenciando na história da cidade. Como nós conseguimos alguns dados, alguns elementos da história da Justiça? Por meio da história de quem trabalhou na Justiça, de quem deu seu esforço, deu a sua melhor vontade durante muitos e muitos anos. Então, recuperando, resgatando a história dessas pessoas, nós chegamos a ter a história de nossa Justiça, da Justiça do Distrito Federal em Brasília. Nós, Desembargador, propomos a cada um dos entrevistados que nos diga, primeiro, como resolveu ingressar na Justiça de Brasília. Nós sabemos que Vossa Excelência, permita-me chamá-lo assim, é filho de um dos Desembargadores,¹ pioneiros desta Justiça, não sei se houve uma influência ou se não houve. Gostaria que o amigo nos dissesse isso: o quê o motivou a ingressar na Justiça?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Não tenho dúvida em afirmar que efetivamente houve muito nessa escolha da atuação de meu falecido pai na Justiça do Distrito Federal. Primeiramente em um órgão ministerial, Ministério Público, desde quando veio para Brasília, em 1960, e posteriormente, diante do fato de ter sido guindado ao cargo de Desembargador do nosso egrégio Tribunal de Justiça. Quando vim para Brasília, era um menino, não tinha quatorze anos ainda e, veja bem,

nos alvares da nossa cidade de Brasília, em 1960. Houve influência? Sim. O tempo passou. Tive a oportunidade de fazer aqui o curso de Direito – e faço um parêntese – em casa somos quatro irmãos, eu, o mais velho, de forma que a influência paterna foi bem maior. Tanto que meus irmãos, dois deles, foram para outra seara. Um é médico, outro engenheiro eletrônico, que acabou por fazer sua vida profissional no Banco Central. A irmã – que era a mais nova – essa, efetivamente, voltou-se para artes, para as lides judiciais. Desde aquela época, essa influência se fazia presente. É interessante dizer que, formado em Brasília, isso nos idos de 1970, pela Universidade de Brasília, ficamos um pouco a advogar, e fizemos um curso – isso que reputo o mais importante neste alvorecer da minha carreira judiciária – fiz um curso no Rio de Janeiro, na PUC do Rio, que durou cerca de seis meses. Ali entronizei os diversos campos do Direito, inclusive aquele chamado Direito Econômico, hoje muito em voga, mas naquele tempo ele estava dando os primeiros passos na literatura nacional. A partir daí, comecei a me enfronhar mais com o Direito, até quando surgiu a oportunidade de fazer um concurso público. O meu primeiro concurso, que tive a oportunidade de fazer, foi na Justiça Federal, mas então eu tinha pouco mais de trinta anos, trinta e três anos. Fui, confesso, até bem naquelas provas, normais, escritas, orais, mas, como disse, eu era muito jovem. Naquela ocasião, a Justiça Federal exigia e era requisito básico, inclusive com notas dadas, que as pessoas, os candidatos tivessem títulos que não eram meramente opcionais, como era aqui no Distrito Federal, na nossa Justiça comum, ordinária. Eu não consegui, embora preparado, não logrei êxito no final, porque fiquei dois décimos abaixo da média final, pois não tinha, naturalmente pela idade, títulos a acrescentar.

¹ Milton Sebastião Barbosa, membro do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios desde 1953 e que, em 14/03/1967, foi nomeado para o cargo de Desembargador do TJDF, do qual foi Presidente, no biênio 1974-1976. Aposentou-se em 12/07/1977 e faleceu em 18/01/1995. Foi homenageado pelo Tribunal ao ter sido escolhido para nomear o Fórum de Brasília, em 1998.

Em seguida veio, concomitantemente, o concurso para o Tribunal, no qual, como disse, títulos não eram eliminatórios, vamos dizer assim, mas classificatórios, o Desembargador lembra bem. Depois de meses de estudo, de labuta, porque não deixa de ser e todos que ingressam na magistratura sabem que no Distrito Federal, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal, as provas para ingresso eram transcendentais, no sentido de exigirem do candidato uma atuação, um conhecimento... acima, vamos dizer assim, um pouco acima do tradicional.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Lembro-me de um Desembargador que também foi meu professor na Universidade de Brasília: o Desembargador (José Júlio) Leal Fagundes². Ele era interessante porque era um jurista voltado, mais do que tudo, para área administrativa. Ele era um administrativista, cujo patrono da formação do eminente Desembargador, vamos dizer assim,

2 Magistrado de carreira do TJDF, promovido a Desembargador em 14/03/1967. Foi Presidente do TREF, 1968-1970, Vice-Presidente do TJDF, 1970-1972, com reeleição para o biênio seguinte, 1972-1974, e Presidente do TJDF, 1978-1980. Também foi Professor de Direito Administrativo da Universidade de Brasília, UnB.

entre aspas, foi Marcello Caetano³. Não sei se lembra disso, mas ele lidava (com Direito Administrativo) e eu aprendi com ele muitas coisas da área administrativa. Ele era um purista e não admitia determinados autores nacionais. Interessante. Não vou citar nomes, evidentemente. Era um purista. Ele tinha uma expressão, que é muito importante e isso ficou para mim durante muitos anos, que depois tive a oportunidade de aplicar na prática, a distinção entre as competências e as atribuições que ele criticava a Constituição brasileira, dizendo "como pode colocar para o Presidente da República competências? O Presidente da República não tem competências." Ele dizia: "Competência é do órgão. O que o Presidente da República tem são atribuições." E na Constituição falava, "competete ao Presidente da República..." Ele era um purista.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Infelizmente a nossa Constituição tem algumas impropriedades terminológicas.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Como disse, ele era um purista. Ele não aceitava determinadas...

3 Marcello José das Neves Alves Caetano (1906-1980) foi um conhecido jurista, doutrinador, historiador e dirigente político, nascido em Lisboa, e participante direto do Regime Salazarista, do qual foi chefe de Governo. Com a queda do regime, é exilado para o Brasil, em maio de 1974, onde passou a dar aulas na Universidade de Gama Filho, principalmente Direito Administrativo. Faleceu em 1980 e está sepultado ao lado do escritor e dramaturgo Nelson Rodrigues, no Cemitério São João Batista no Rio de Janeiro.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

(...) Não só nessa área, há outras em matéria tributária; confusão entre imunidade e isenção, pois todos sabem que isenção é feita pela lei. Está lá na Constituição.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Lembro-me de outros magistrados da Justiça Federal que concomitantemente davam aula na Universidade. Agora está me fugindo o nome, mas existiam vários outros, que foram meus professores, e já eram magistrados.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Da Ordem, lembra quem veio? O representante da Ordem (no concurso), lembra? Quem veio (para o concurso)?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Não, agora não me lembro. A memória não retroage quarenta, trinta e cinco anos mais ou menos.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

E sua primeira designação? Quem era o Presidente nessa época?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Se não me engano, quem me deu posse foi exatamente o Desembargador Leal Fagundes. Ele era o Presidente na época. E naquela época, Brasília estava começando a se descentralizar. Eu tomei posse como Juiz Substituto – que era o primeiro passo – e fiquei exatamente nove meses na atuação jurisdicional como Juiz Substituto. Passei por várias jurisdições, Cíveis, Criminais, de Menores... Até que fomos guindados a Juiz Titular. Por quê? Porque Brasília cresceu e as jurisdições foram descentralizadas. Foi quando se começou a descentralização em Taguatinga, em Planaltina, em Brazlândia e em Sobradinho.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O Desembargador chegou a atuar nas satélites?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Eu fui o primeiro Juiz, com jurisdição plena, diga-se, em Planaltina. Não sei se lembra, no meu concurso⁴ foram cinco (os aprovados), dentre eles estava o Desembargador Getúlio e a Desembargadora, vou chamá-la como naquela época, porque depois se tornou ministra, Nancy. Nesta mesma ocasião, a Justiça se reorganizou e fomos designados para Juízes Titulares – com jurisdição plena – para as diversas cidades satélites. A Nancy, por exemplo, desculpe-me chamá-la assim, mas é uma colega, foi para Brazlândia, enquanto eu fui para Planaltina. Lá aconteceu um fato interessantíssimo que não posso deixar de dizer, porque faz parte da história. Fui o primeiro Juiz em Planaltina. Como disse, era Juiz com jurisdição plena, exceto aquelas competências que eram determinadas, de forma geral, para juízes do Plano Piloto, em Brasília: Justiça Fazendária, Entorpecentes, Menorista – Juizado de Menores. Lá (em Planaltina), evidentemente como todo magistrado, eu tinha um Diretor de Secretaria e, da mesma forma, um Promotor de Justiça que atuava ao meu lado, à direita, do meu lado, sentava ao meu lado. E quem foram eles? Quem são eles hoje? O Promotor de Justiça hoje é o nosso ilustre Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, o

4 VIII Concurso para magistratura do Distrito Federal, iniciado em maio de 1979 e concluído em dezembro desse ano. Cinco foram os aprovados, em ordem de classificação no certame: Flávio Di Pilla, Fátima Nancy Andrighi (em 2014, Ministra do Superior Tribunal de Justiça), Carlos Augusto Figueredo Salazar, Otávio Augusto Barbosa e Getúlio Vargas de Moraes Oliveira.

Desembargador Romão Cícero de Oliveira⁵. O Romão foi meu (Promotor). E o meu Diretor de Secretaria? João Timóteo⁶, hoje Desembargador. Na verdade, nós éramos ali três futuros Desembargadores e o tempo cuidou de fazer com que isso se realizasse.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Planaltina, nessa época, devia ser uma cidade tranquila...

Desembargador Antoninho Lopes

Ainda é, não?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Era. Planaltina é uma cidade interessante. Como sabem, faz divisa com o estado de Goiás, e o que ocorria, e tenho a impressão de que até hoje ocorre, naquela época era comum as pessoas virem de Planaltina de Goiás, de Formosa – que era contígua também – para terem suas súplicas judiciais entronizadas na Justiça do Distrito Federal. Eu tive casos de Área Cível, de separações judiciais – não havia divórcio ainda, naquela época – em que as pessoas vinham do entorno, porque a Justiça era mais célere, era mais simples, mais fácil.

5 Romão Cícero Oliveira, Desembargador do TJDF e Presidente do TREDF para o biênio 2014-2016.

6 João Timóteo de Oliveira, Desembargador do TJDF.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse fenômeno ocorre ainda hoje e em outras áreas também. Ocorre na Saúde Pública, até mesmo na Educação. E a nossa Justiça, eu me lembro que nós mandamos construir aquele prédio do Fórum do Gama e, quando ele foi inaugurado, (falaram) “Ah, Desembargador, mas já não está dando”. “Como, se foi inaugurado agora?” “Ah, é porque chegou muita gente de fora”.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

O Novo Gama⁷, do lado, no Goiás. Então, isso fez com que a Justiça, evidentemente, tivesse sofrido um impacto, mas era bem mais tranquilo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Você se lembra de algum caso interessante que tenha passado por sua mão, no Cível ou no Crime?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Não me lembro. Na verdade, eu fiquei lá (em Planaltina) por cerca de dois anos e pouco. Até que, eu tomei posse em 1980. Em 1981, eu fui a titular em Planaltina, e, em 1983, meados de 1983, eu vim transferido por remoção aqui para o Plano Piloto. Assumi a vaga do Desembargador, hoje Desembargador aposentado, Natanael⁸. Ele era

7 Cidade do estado de Goiás, localizada no entorno do Distrito Federal, distante 50km de Brasília.

8 Natanael Caetano Fernandes, Desembargador do TJDF entre 1990 e 2011, ano de sua aposentadoria. A promoção a que se refere o Desembargador ocorreu em outubro de 1990.

titular da 4ª Vara Criminal. Naqueles bons tempos. Não sei se ele foi guindado ao Tribunal. Não me recordo...

Desembargador Antoninho Lopes

Eu tenho impressão que é 1990, porque nós adiamos a nossa posse por causa da posse dele, no fim de 1990.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Então foi isso. Ele foi para outra Vara, então, não foi a Desembargador, porque eu fui a Desembargador em 1992⁹, depois de doze anos de exercício da magistratura de 1º grau. O tempo passou. Eu não contava com isso. Sabia disso? Aliás, quando você entra na magistratura, esquece que o tempo vai passar. Simplesmente acha que aquilo vai até o final, normalmente, como se fosse um rio indo para o mar e vai acabar se transformando em mar, sem pensar em outras futuras promoções, mas o fato é de que o tempo passou e – principalmente – a estrutura do Tribunal cresceu. Lembre-se de que nós éramos sete, depois dez, depois quinze Desembargadores, vinte e quatro, trinta e cinco e, hoje, nós somos em quarenta Desembargadores. Eu peguei essa sequência, o que sob de certo aspecto, evidentemente, facilitou meu ingresso no Tribunal de Justiça.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Por falar em estrutura, como era a estrutura do cartório em Planaltina?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Vou contar. Antes, já que estamos em fase de histórias, é importante que isso seja dito: quando tomei posse

como Juiz Titular, fui auxiliar em Taguatinga¹⁰ – e isso é bom para as pessoas que estão vendo hoje esse documentário, como vou dizer, compenetrem-se de como era nossa Justiça naquela época – eu fui auxiliar o Dr. Leitão, em Taguatinga. A Justiça estava localizada em um prédio um pouco afastado de Taguatinga. Eu me recordo, em determinada ocasião, fazendo audiência, em que por força legal se exigia a presença do representante do Ministério Público quando nós fomos iniciar a audiência, por mais incrível que pareça, só havia uma cadeira, para o Juiz; e era uma representante, Dr. Neusa Christofoli¹¹, era a representante do Parquet local. Como faz para resolver? Veja como era nossa situação naquela época: eu peguei a minha cadeira, entreguei para ela e disse: “A senhora fique aí, porque o Juiz vai arrumar uma cadeira para o próprio Juiz”. Não tinha! Era uma dificuldade tremenda. O Dr. Leitão, que na época era o titular, tinha o chefe do cartório e um servidor. O que ele fazia: ele recebia – e nós estávamos em Taguatinga, que já era uma circunscrição muito grande – uma série de processos de iniciais para despachar e despachava. O Diretor de Secretaria, na época era escrivão, o nome era diferente, simplesmente ia arquivando as petições porque não havia como dar andamento aos feitos. Isso foi no início da descentralização de Brasília. Evidentemente, depois, as condições foram melhorando. Hoje, se formos

10 Região Administrativa do Distrito Federal, cidade distante 21 km de Brasília.

11 Neusa Claude Christofoli, membro do Ministério Público do DF e dos Territórios, entre 1973 e 1984, ano em que foi aprovada no XII Concurso para magistratura do DF para o cargo de Juíza de Direito, no qual permaneceu até janeiro de 2005.

fazer um retrospecto em relação ao passado, o Juiz hoje está em situação, vamos dizer assim, mil vezes melhor em termos de estrutura e serviço do que naquela época.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador, depoimento como esse eu considero de maior importância para que as gerações futuras possam avaliar a situação adversa que foi enfrentada pelos que aqui estiveram no início. Veja bem, o Juiz teve de ceder a cadeira dele, que era a única, para a representante do Ministério Público e foi arranjar outra.

Desembargador Antoninho Lopes

Ela foi nossa Juíza também.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Foi nossa Juíza também.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Foi nossa Juíza. Depois, ela veio para magistratura.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Acho que no futuro quando as pessoas... Hoje já há uma estrutura muito melhor, já há computador, cartório com a lotação boa.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Inclusive a lotação ideal, completa. Isso é muito importante.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

(Lotação) completa. Então, as condições de trabalho são melhores. Naquela época a turma ia, mais ou menos, como quem vai para floresta com o facão na mão. (risos)

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Exatamente. Mas eram bons tempos. Engraçado, tenho comigo mesmo uma impressão interessante daquela época, porque, vamos dizer assim, naquela época, as questões jurídicas eram questões jurídicas e não eram tão repetitivas como tem acontecido diurnamente. Era um Direito mais puro, era o Código Civil, por exemplo, aplicado com mais intensidade e mais pureza, porque os conflitos, realmente, perpassavam por todo Código. Hoje...

Desembargador Antoninho Lopes

É verdade. Hoje é banco.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Hoje o sistema financeiro praticamente tomou conta do nosso Sistema Judiciário.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Mas a estrutura não parece uma coisa importante. As pessoas (dizem) "você estavam reclamando de não ter cadeira, não ter banco, não ter mesa suficiente, não ter computador." Uma vez eu interroguei aqui um réu que me contou o seguinte: "Eu respondi a outro processo em Taguatinga, mas era uma Juíza lá, Doutor, acho que não era grande coisa não. O gabinete dela era uma coisinha." (risos) Veja o que o povo pensa da Justiça quando se põe diante de uma estrutura ainda insuficiente, ainda em formação. O povo quer que a Justiça seja

formal, tenha certas qualidades e se não tem... É igual ao padre. O padre não pode ir à missa de terno. A missa é formal, a Justiça tem de ter também certa formalidade, certa estrutura, porque o povo acha que merece isso.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

É um pouco diferente. Hoje, evidentemente, a Justiça, falo Justiça como um todo, tem novas roupagens. Nós já tivemos até questões que foram eventualmente – ou não foram – decididas ainda no âmbito do atual CNJ¹². Aquela questão referente ao membro do Ministério Público, ao advogado, ao defensor público, onde eles se colocam em relação ao magistrado. No mesmo nível? Logo, imediatamente à direita? São questões atuais, que ainda – em termos – não foram resolvidas. Evidentemente se quer colocar tudo dentro de uma perfeita sincronia entre os três atuantes da Justiça, mas não é fácil. Não é fácil. Como compor? Veja a Justiça americana: onde se coloca o Juiz americano quando vai presidir uma audiência? Ele representa o Poder Judiciário, representa o Estado, naquele momento, você já viu algum Juiz americano no mesmo nível das partes? Por mais qualificadas que elas fossem? Não. O promotor, barrister¹³, eles ficam numa área idêntica à da defesa, mas nunca vão ficar acima ou igual, porque a Justiça é um pouco... Então, vem aquilo a que o Desembargador se referiu, a solenidade. É o Estado que está ali, não o Juiz. Não é a pessoa física do Juiz: é o Estado. E, quando o Juiz decide, na verdade, não é o Juiz que decide, não sou eu, nem o Antoninho, nem o Desembargador Hermenegildo, é o Estado, porque nós representamos e temos essa condição de representá-lo. Quando vemos um Juiz decidindo, tem de

12 Conselho Nacional de Justiça.

13 Promotor de Justiça.

se ter em mente essa ideia: não é o Juiz, a palavra é do Estado, porque ele é governo também. Não é apenas o Executivo, ou o Legislativo. São os três poderes harmônicos e cada um dentro de sua respectiva área de atuação.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

A prova disso é que, quando o Juiz assina uma sentença condenatória, aquela sentença valerá e o Estado põe toda sua força em cima daquilo para fazer cumprir. A respeito dessa posição, lembro-me de um fato curioso, na época em que presidi o Júri aqui, são coisas que vamos lembrando... O promotor ficava do lado, e o advogado ficava numa mesa à direita, mas separada da bancada do Juiz. Então, um certo advogado, que até posso falar o nome: chamava-se Calmon, de repente saiu da mesinha dele – o promotor falando –, ele pôs o cotovelo em cima da mesa e ficou olhando para a cara do promotor, que se sentiu incomodado, pediu-me a intervenção. Então, coloquei o dedo na campainha, chamei os dois e disse: “Temos de manter a solenidade e o respeito que o julgamento merece. Se houver outros problemas, vou dissolver o Júri”. Falei para o advogado, “E o seu cliente, que o senhor diz ser inocente, ficará para o outro mês”. Então, ele foi sentar... ficou sentadinho lá.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Você havia me perguntado sobre Júri. Há algumas passagens interessantes. Vou me referir a duas delas, pelo menos. Eu estava presidindo um Júri, ainda era jurisdição única, no Tribunal do Júri aqui do Plano Piloto, eu era substituto, e era um caso que envolvia uma tentativa de homicídio, ou homicídio... Não me recordo. O advogado – achei interessantíssima a atuação dele –

dizia o seguinte: “Eu vou provar nos autos, com as provas dos autos, que o meu constituinte, o réu, atuou em legítima defesa, de sua própria pessoa”. Mas a outra vítima não tinha arma, não tinha nada. Como foi? Como havia desferido uma facada na vítima, nesse sentido. O fato é que os debates se desenrolaram, promotor e acusação. E de fato: com as provas dos autos ele conseguiu absolver o réu. Foi interessante, porque, realmente passou despercebido por todos um detalhe singelo: feito o laudo, no local do evento, que descrevia os objetos que foram encontrados e o advogado sempre dizia, “Ele se defendeu, Excelência. Senhores jurados, ele se defendeu, ele não atacou. Ele não teve vontade de previamente atacar a vítima. Não, ele se defendeu de um ataque por parte da vítima”. Mas não havia arma – e a vítima estava armada –, só a faca, que, declaradamente, estava sendo empunhada pelo réu. O laudo descrevia tudo que foi encontrado no local. Dentre as descrições, uma palavra: “sovela”. Alguém leu sovela, o laudo naturalmente errou a palavra, o “s” e em vez de colocar o “f” de fivela, colocou “sovela”. Mas não é! A sovela é, exatamente, um objeto pontudo, usado para furar papel, etc., muito comum, usam por aí. Só que ninguém conhece esse nome, sovela. Com base nisso, o réu foi absolvido. Ele demonstrou que a vítima, na verdade, estava armada e houve esse confronto, mas foi a reação contra uma ação contra sua pessoa. Esse foi um fato.

Um outro, que foi interessantíssimo, também do Júri, eu estava presidindo e, na hora de compor o corpo de jurados, o advogado patrono do réu

era um parlamentar federal, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, atuando como Defensor aqui em Brasília. Vocês sabem todos, “vamos chamar os jurados” e há aquela fase das aceitações e das recusas dos jurados. Eu estava presidindo e, quando eu o fui chamar, ele se aproximou de mim e disse, “Doutor, o senhor vai nominar a recusa do jurado?” Eu estranhei, “por que não?”. Ele estava acostumado a fazer Júri no Rio Grande do Sul, no interior, ele dizia, “Doutor, lá no interior, se o jurado souber que eu recusei a sua presença no Júri, ele nunca mais... ele vai se transformar em meu inimigo”. Então, lá nós não falamos. Nós fazemos tudo sem que o jurado saiba. Faziam aquelas recusas, mas de uma forma que o jurado desse a entender que não havia sido recusado ou pela defesa ou pelo Órgão Ministerial, pela acusação. São as regionalidades que aqui em Brasília não havia. Aqui é uma capital cosmopolita. Temos pessoas de todas as unidades da Federação. Então, não havia essa preocupação, você simplesmente dizia o que a lei determinava de forma simples e direta.

Desembargador Antoninho Lopes

Desembargador houve uma atuação administrativa interessante nessa sua carreira, aqui, no Tribunal Regional Eleitoral. Foi Vice-Presidente, antes do Eleitoral... Essa sequência não consegui identificar.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Em 2002, já Desembargador, eu assumi a Vice-Presidência do Tribunal, quando o Presidente foi o Desembargador Natanael. Nós compusemos, naquela ocasião,

a administração superior do Tribunal¹⁴. Em 2006, eu fui eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que havia feito eleições, se não me engano, em 2002, as últimas eleições, e eu iria presidir as Eleições Gerais de 2006. Confesso: as eleições de 2002 não foram boas para o Tribunal. “Por fas ou por nefas”¹⁵, o TSE resolveu, dentre outros problemas, colocar o Tribunal como um Tribunal experimental em determinadas questões. Realmente aquilo não foi bom para o Tribunal. Não sei se vocês se lembram de que a apuração, em 2002, demorou mais de quinze dias para ser concluída. Foi o início, praticamente, das urnas eletrônicas.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Essa fase experimental foi...

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Foi a fase experimental. Foi a fase de teste.

Desembargador Antoninho Lopes

A urna eletrônica é de 1998, quando eu comecei no Eleitoral.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

2002. Não dava certo. Eles fizeram uma série de projeções para o Distrito Federal. O Tribunal aceitou, mas na prática, foi péssimo.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Na votação ou na apuração?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Mais na apuração. Na votação, de vez em quando dava problemas na Zona, mas tudo bem. Quando não era resolvido era sanado através da própria urna – vamos dizer – manuscrita, você preenchia o nome dos seus candidatos e os números normalmente, manualmente. Não teria problema. O problema foi na fase da apuração. Nós tivemos juízes – e eu fiquei sabendo depois que ingressei como Presidente do Tribunal¹⁶ – que foram à loucura, às raias do..., choravam, não aguentavam mais. Houve juízes que pegaram as urnas, colocaram no carro e levaram para o Tribunal. Isso depois de horas e horas tentando (enviar os dados), porque a urna, você vai para determinado local e remete para o Tribunal para contabilização geral. E não ia, não conseguia, não entravam (os dados). Depois de horas e horas foram para o Tribunal e colocaram para Presidência do Tribunal, à época, “a urna está aqui, eu não consigo e eu já estou ‘estourado’”. Desculpem-me a expressão, mas esse foi o termo. Essa ideia ficou para as eleições, quando nós assumimos.

Fizemos algo que achei muito importante: Brasília tinha dezessete ou dezenove zonas eleitorais, correspondentes, praticamente, a cada uma das circunscrições do Distrito Federal. Nós aumentamos os pólos de transmissão em quase sessenta, cinquenta e seis, se não me engano, para facilitar o encaminhamento das urnas. Terminado o prazo de votação, ou aquele tempo, porque alguém ficava na fila, eventualmente, imediatamente ia para os pólos de transmissão para encaminhar para o Tribunal para a con-

14 Composição para o biênio 2002-2004, Presidente: Natanael Caetano Fernandes, Vice-Presidente: Otávio Augusto Barbosa, Corregedor: Getúlio Vargas de Moraes Oliveira.

15 Expressão de origem latina que significa, ‘com todos os meios possíveis.’

16 Presidente do Tribunal Regional Eleitoral a partir de 2006 até 2008.

tabilização geral. O que aconteceu? Isso foi interessante. Foi, graças a Deus, uma experiência – experiência mesmo, foi experimental – que deu certo. Recordo-me no dia, no primeiro turno ainda, nós tivemos dois turnos naquela ocasião, em 2006, que a eleição se findava às dezessete horas e a apuração começava logo, sequentemente. Eram mais ou menos seis horas e quarenta, quando eu recebi um telefonema do Presidente do TSE, que era o Ministro Marco Aurélio (Mello), “Desembargador, o que está acontecendo com o Tribunal?” “Como assim?” Porque os outros Tribunais já estavam catalogando o número de votos – nós tínhamos o mapa geral do Brasil, por estado, em que víamos... Já havia estados que estavam com vinte, trinta, quarenta por cento, vamos admitir, de votos computados e o Distrito Federal estava zerado ainda. Eu me recordo que cheguei, “Ministro, mas não há o prazo de duas horas por conta do horário eleitoral? Porque isso pode eventualmente influir (no resultado final das eleições)?” “Não. Nesse caso não há necessidade de aguardar esse prazo de duas horas. Pode ir encaminhando.” Não sei se vocês lembram, nessa época, eram contabilizados os votos, parecia um relógio, de vinte, trinta, quarenta minutos, eles eram contabilizados, era como se fossem um relóginho, e chegava em determinado momento aqueles (dados) eram lançados, inclusive para o TSE. Lembro-me de que aguardei até mais ou menos até uns dez minutos, depois, ainda nas sete horas... Seguramos essa última rodada e lançamos os votos. O Tribunal, isso é interessante, essa foi a grande vantagem do acréscimo dos pólos de encaminhamento dos votos:

o nosso painel,

que estava zerado, subiu de zero para setenta por cento. Enquanto os outros Tribunais, o mais elevado estava em trinta e cinco, quarenta por cento de votos apurados. E nós iríamos terminar dali a pouco tempo, mais uma hora, não fossem duas urnas que efetivamente deram problemas. Um era um problema que já havia sido detectado pelo TSE, e que não foi resolvido, e a outra também um problema técnico. Mas nós estávamos com 99,95% das urnas apuradas. Isso até as dezoito, dezenove horas e trinta minutos. Mas... Eu não queria deixar nada para trás. Essas duas urnas consumiram para resolver, acertar e transmitir, mais umas duas horas. Apenas as duas urnas. O resultado saiu mais ou menos umas dez horas, dez e pouco. Mas, veja bem, foi a primeira vez que conseguimos fazer isso.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O Distrito Federal sempre foi muito ágil na apuração de votos.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

No segundo turno, o Tribunal Regional foi o primeiro a terminar. Não teve problema. Nós já tínhamos aquela experiência que deu certo. Tanto deu certo que, em 2005, 2010, se não me engano, o então Presidente, o Desembargador Mariosi,¹⁷ dobrou o número de postos de encaminhamento de votos. Mais de cem. O Tribunal ficou em primeiro na contagem geral dentre os Tribunais Regionais Eleitorais. São histórias... Outra coisa é importante – gosto de contar

17 João de Assis Mariosi, Desembargador do TJDF, Presidente do TREF no biênio 2010-2012.

isso porque foram práticas que achei pioneiras – por exemplo, o problema da propaganda eleitoral. Ela era distribuída por vários órgãos jornalísticos, televisivos e jornalísticos, rádios... Cada fase era uma rádio ou um canal de televisão que transmitia a propaganda eleitoral. Isso dava um problema sério, não só para os partidos que tinham de se deslocar para esses locais, como para fiscalização pelo Tribunal. O que nós fizemos na época: chamamos as empresas – elas têm, não me recordo agora, um nome que congrega todas as emissoras de televisão – e disponibilizamos um espaço dentro do Tribunal Regional Eleitoral para que ali fosse realizada toda propaganda eleitoral, rádio, televisão, de forma a concentrar e facilitar para os partidos e para o próprio Tribunal Eleitoral, pois bastava subir e descer um andar, e agilizasse a entrega de material que é contínua, dentro do período permitido para essa (ação). O fato é que deu certo e todo mundo ficou satisfeito.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador, gostaria de voltar um pouco na sua atuação no primeiro grau. Penso que foi numa Vara Criminal, como Juiz Titular. Ao chegar hoje neste espaço,¹⁸ maravilho que estamos formando, tomei conhecimento de um processo, de um inquérito – na verdade – sobre o episódio de um cidadão chamado Silvio,¹⁹ que, num ato de bravura, entrou no espaço reservado às ariranhas para salvar uma criança. Esse inquérito, salvo engano, foi encaminhado para sua Vara. Poderia nos contar algo sobre isso?

18 Memorial Desembargadora Lila Pimenta Duarte.

19 No dia 27/08/1977, o Sargento do Exército, Sílvio Delmar Hollembach, salvou uma criança do ataque de ariranhas no Zoológico de Brasília, mas faleceu três dias depois em decorrência de uma septicemia causada pelas mordidas dos animais. O ato heróico do militar comoveu o Brasil e o mundo.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Engraçado, eu me recordo desse fato. Aliás, ele foi comentado nacionalmente, porque ele fugiu a todos... Esse militar teve atuação excepcional. Na verdade, ele deu a própria vida em benefício da vida de outrem. Esse processo, por distribuição, veio a ser encaminhado para 4ª Vara Criminal, da qual eu era titular. Houve a investigação toda e o próprio Ministério Público, ao final, usando da prerrogativa legal que tem de denunciar ou não alguém, pediu o arquivamento, com fundamento de que não havia responsabilidades a serem apuradas. Na época, como Juiz Titular, eu aceitei a ponderação ministerial e determinei o arquivamento dos autos, sem antes deixar de registrar o grau de bravura daquele militar que deu a própria vida.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Uns três dias depois ele faleceu. Muita infecção.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Teve uma septicemia, muita infecção, aqueles animais além de serem violentos, como todo animal, são cheios de micróbios. Foi infectado e infelizmente não teve salvação. Deu a vida, mas ficou para a história do Distrito Federal.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Esse inquérito está enriquecendo aqui o nosso acervo e, deixando registrado para o futuro, a atuação brava e heróica desse militar. Não deixa de ser um fato importante da nossa Justiça de Primeiro Grau, da qual Vossa Excelência foi titular.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Tenho outra passagem interessante, se me

permitted contar, Primeiro Grau também, porque a atuação em Primeiro Grau é mais dinâmica. Você não depende dos outros colegas, vamos dizer assim, você tem de ter uma iniciativa. Eu era juiz em Planaltina e vim transferido para o Plano Piloto, assumi a 4ª Vara Criminal em 1983. (Foi quando esse fato aconteceu) A situação política no Brasil estava conturbada²⁰. Naquela época, estabeleceram um dia de luta, de reivindicações, etc.

Eu estava em casa, plantonista, quando – por volta das dez horas da manhã – batem, no nosso prédio, na 313 (sul), – e a pessoa diz: “Há dois advogados aqui que pedem com urgência para conversar com o senhor, porque eles querem medida”. Eu os atendi. Um dos advogados era o Dr. Sigmaringa²¹ e ele estava trazendo uma petição de habeas corpus, porque alguns sindicalistas tinham sido detidos e conduzidos às dependências da 1ª DP, Delegacia Policial, sem mandado, sem nada, sem ordem, sem, absolutamente, um fato que determinasse (a prisão), segundo a versão dos advogados. Bom, onze horas, eu os recebi em casa e, na minha concepção, correta ou não, eu pensei que não – se efetivamente dentro da petição, novo, não havia nenhum fundamento legal, suficiente, para determinar uma prisão, um simples despacho para conces-

20 Início da década de 80, quando se finalizava o Regime Militar Brasileiro, cujo início aconteceu no ano de 1964 e terminou em 1985.

21 Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, advogado e político. Foi Deputado Federal pelo Distrito Federal entre 1987 e 2007.

são de uma liminar no rosto da petição – seria suficiente para liberar de imediato aqueles sindicalistas. Eram de oito a dez. Havia naquela ocasião, 1983, um movimento que iria se realizar a determinada hora no Plano Piloto, aqui na área central de Brasília. O que eu fiz, (disse): “Doutor, os senhores podem se dirigir à delegacia, porque eu vou à delegacia” e me dirigi à delegacia. Lá, constatando, efetivamente, que era uma detenção – vamos dizer assim, não era prisão – ilegal, eu pedi autorização para o então delegado, que estava lá presente, disse: “O senhor vai me permitir sentar em sua cadeira, porque eu vou despachar aqui. Manualmente”. Eu demorei vinte minutos para despachar as pessoas, porque eram dúplices. Uma precisava ficar com contrafé para autoridade policial. Determinei a liberdade dos oito sindicalistas que estavam realmente detidos.

Pedi que me apresentassem (os sindicalistas) e eles me apresentaram tudo. (Disse:) “Dr. Delegado, aqui a ordem judicial para ser cumprida imediatamente”. O delegado foi muito solícito, uma pessoa muito gentil, lógico, cada um na sua função. Ele me apresentou as pessoas e eu para elas: “Vocês vão para lá (para manifestação), mas, por favor, a situação não é fácil, é deveras difícil, contenham-se. Vocês estão liberados, mas...” Eles foram liberados a tempo de participarem dessa (manifestação). Dentre esses sindicalistas, havia um deles que era ainda vinculado ao Banco do Brasil, se não me engano, veio a ser parlamentar depois. E se não me engano, ele é hoje Deputado Federal, já não é a primeira investidura, Augusto Carvalho, vocês devem conhecer, ele era um dos que havia sido detido, eviden-

temente. Depois o processo foi julgado, como já havia passado o tempo – e eu entendi que deveria ser uma decisão imediata porque se não iria surtir efeitos – depois foi julgado extinto o processo, porque não havia mais... Mas foi um momento difícil. Questões políticas determinavam a atuação judicial. E o Juiz saiu e foi para delegacia e, no dia seguinte, sabe o que o Juiz fez? Foi pescar. Foi para Pirapora, porque já estavam me esperando lá. Já havia saído do plantão.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Relembrou desses fatos, agora já podemos voltar para o Tribunal. A sua primeira atuação foi em Turma Criminal?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Não. Desde que eu entrei como Juiz Titular – assumi a 4ª Vara (Criminal) – eu sempre fui um Juiz Criminal. Antes de assumir a Desembargadoria, eu fui convocado, como todos nós, para uma Turma Cível. Isso é interessante e faz uma diferença muito grande. Evidentemente, eu estava mais acostumado com o crime e suas facetas, (eram) muitos anos e vim a substituir o Desembargador Minervino e fiquei substituindo por cerca de um ano.

Desembargador Antoninho Lopes

Era na Primeira (Turma) que ele estava?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Na Primeira que ele estava. Era o Desembargador Jerônimo²², Desembargador Getúlio e Desembargador

²² José Jeronimo Bezerra da Silva, Desembargador do TJDF entre 1991 e 2006.

Pingret de Carvalho²³. Eu como Juiz convocado. Permaneci um ano nessa área. Retornei depois para a 4ª Vara Criminal. Em 1992, meados de 1992, eu vim definitivamente para o Tribunal.

Desembargador Antoninho Lopes

Foi para a Sexta? Eu estava por lá. Sexta Cível?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Fui para a Sexta Criminal. Fui para Área Criminal antes. Primeiro eu fui para Criminal, na qual permaneci até ser indicado para Presidente do Tribunal.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Na sua experiência, Desembargador, a atuação na jurisdição Cível foi melhor do que na Criminal?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Eu não sei, mas tive de me dedicar profundamente à Área Cível.

Desembargador Antoninho Lopes

Quero dar um depoimento, porque eu acompanhei a chegada dele na Turma Cível e sabia que ele vinha da Área Criminal. Claro, vou confessar que sou um profundo admirador do Desembargador Otávio, ele desembarcava aquilo com uma facilidade e eu disse: “Nossa, como esse moço é inteligente” e conseguia desembarcar aquilo mesmo que não fosse o expert na matéria, que não era a área dele. (O Cível) é muito amplo.

²³ Carlos Augusto Pingret de Carvalho, Desembargador do TJDF entre 1986 e 1997.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

O Cível é uma área vastíssima. Interessante que eu tive de me dedicar a esses dois ramos do Direito.

Desembargador Antoninho Lopes

Ficou na Sexta Turma até ser Presidente do Tribunal?

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Depois retornei para 3ª Turma Cível. Fiquei muito tempo. Depois não voltei mais para o Criminal. Não voltei mais por força das circunstâncias e uma das questões é que me aposentei com trinta e cinco anos de magistratura.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador, conte-nos algo interessante de sua atuação como Presidente do Tribunal. A Presidência, costuma-se dizer, é uma cadeira muito honrosa, mas cheia de espinhos.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

O Desembargador Hermenegildo está falando com conhecimento de causa. Eu achava também, na minha opinião, o seguinte: você se aproximar dos órgãos diretivos do Tribunal, demanda um tempo. E, quando você chega a galgar um cargo desse, Vice-Presidente, talvez Corregedor, ou Presidente, aquilo deveria soar como fator de coroamento, vamos dizer, de uma carreira, não deixa de ser evidentemente. Mas deveria ser mais leve, pois, afinal de contas, você não vai atuar jurisdicionalmente, mais administrativamente e o peso

deveria ser menor. Mas como diz o Desembargador, ledo engano. Pelo contrário. Aí que as consequências daquela atuação são maiores, porque afetam um número enorme de interesses. Não só do ponto de vista jurisdicional, como do ponto de vista administrativo, em relação, por exemplo, aos servidores do Tribunal. Agora, é gratificante? Não tenha dúvidas. Poucos, poucos, se nós formos ver a nossa história, do nosso Tribunal, cerca de pouco mais de cinquenta anos, poucos assumiram a toga da Presidência, então é um privilégio. Mas esse privilégio tem os seus ônus que são muito maiores que os bônus eventualmente. Bônus? Não há bônus, há outros e uma série enorme de interesses muito conflitantes que não se ajustam e que você tem de resolver, de uma forma ou de outra: com bom senso, com calma. A grande coisa é que – quando você chega num momento desses – você, evidentemente, ao longo de sua carreira, já adquiriu um pouco de experiência, um pouco mais de tranquilidade para tentar solucionar os problemas com que vai se deparar, que não são poucos não.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É o coroamento de uma carreira, mas quando você senta naquela cadeira de Presidente, começam a chegar à sua mesa problemas de administração de material, de administração predial, de administração de pessoal, de serviço público. Pedidos e mais pedidos, alguns que não podem ser deferidos, mas que são assinados por pessoas conhecidas. É uma cadeira espinhosa mesmo. Eu acredito que deveria haver um curso de preparação para ser Presidente. Porque é uma cadeira até perigosa.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Veja bem, Presidente de
Tribunal de

Justiça, seja do Distrito Federal, sejam estaduais é diferente, um pouco, de Presidentes de Tribunais Superiores. É um pouco diferente quanto aos Tribunais Superiores, que estão devidamente constituídos, não vão expandir sequer fisicamente. Mas os Tribunais de Justiça estaduais e do Distrito Federal estão em constante evolução. Nós começamos a Justiça do Distrito Federal – e o Desembargador Herme-negildo sabe bem disso – começou em um simples bloco, dois andares, na Esplanada dos Ministérios. Lembra do Bloco 6? Dois andares e inclusive lá funcionava até o Tribunal do Júri. A Justiça era limitadíssima: eram sete Desembargadores e sete juizes. De repente ela começou a crescer, porque Brasília está crescendo até hoje. O Judiciário teve de acompanhar. Isso não é um movimento do Judiciário local. Isso é de âmbito nacional. A Justiça estadual não para. Ela é dinâmica. Você tem de suprir as necessidades, que não são necessidades estanques, que se esgotam numa penada só. Não. Você tem de ir, diuturnamente, dando meios para que a Justiça melhore, tenha melhores condições de atuação.

Fóruns? O Desembargador se lembra, nós não tínhamos Fóruns. Hoje nós temos Fóruns espalhados por quase todas as circunscrições judiciárias. A ideia é exatamente essa. Quando eu estava na Presidência, eu me deparei com esse fato, nós iríamos, não vendo o presente, mas elevando os olhos ao futuro, eu vi que nós teríamos de ter mais unidades jurisdicionais de forma a descentralizar a Justiça e permitir que ela chegasse mais e mais perto do jurisdicionado, que isso é o que interessa. Eu me recordo (de que), na época como Presidente, resolvi lançar cinco ou seis prédios e de uma maneira muito simples. Havia um projeto de Brazlândia, um projeto muito bom, que, fazendo ligeiras modificações estruturais, permitiria que fossem levados para várias circunscrições judiciárias necessitadas futuramente de prédios próprios. Nós

fizemos isso a um custo mínimo, porque fomos à empresa que era detentora dos direitos e ela nos forneceu. Se tivéssemos, à época, determinado aqueles procedimentos todos para construção, nós teríamos gasto em torno de R\$ 500.000,00 por projeto. Esses projetos realizados pelo nosso sistema do Tribunal ficaram em R\$ 18.000,000. Foi uma economia muito grande. Alguns já estão prontos, outros já estão em fase de acabamento, porque eu saí da Presidência, evidentemente foi sucedido e os projetos continuaram, pois não há discussão de descontinuidade, é necessário que termine.

Quando nós estávamos aqui, por exemplo, vocês lembram bem do nosso Prédio Verde, eu dei muita ênfase nessa área, ele estava praticamente parado. Havia dois servidores lá que tomavam conta. Não servidores do Tribunal, mas da empresa. Fizemos uma composição com a empresa, uma nova reestruturação dos encargos decorrentes dos contratos celebrados. Um ano depois inauguramos o Fórum Verde, o que, talvez na área judiciária, seja o único existente no Brasil, o que é motivo de galdio para todos nós, porque é um prédio diferenciado, com estrutura diferenciada, e que trás benefícios não só para os servidores, como também para aqueles que dele se utilizam, servidores, a comunidade em geral. E Brasília ainda precisa mais. A Justiça nossa tem crescido exponencialmente. Nós temos ainda alguns lugares vagos em Brasília que podem ser aproveitados. Nós temos um terreno na L2 Sul, ao lado daquelas faculdades, que comportaria perfeitamente uma estrutura imensa de um colégio não só para o Tribunal como para o próprio CNJ, que precisa de espaço. Nós temos o espaço físico disponível. Em uma ocasião, eu me dirigi ao Secretário-Geral, se não me engano

da administração do Ministro Cezar Peluso²⁴, “Vamos fazer a parceria. Nós temos o terreno – coisa que aqui em Brasília está se tornando raridade – e vocês têm a verba”. Mas são cíclicas as administrações. Interessante notar que no Eleitoral isso é fato. Vocês conhecem bem o Setor Bancário Norte, onde há os prédios dos Correios, etc. Vocês sabem que o TREDF tem uma projeção ali, do Tribunal, de quinze andares? Em nome do Tribunal Regional Eleitoral. Eu assinei a escritura e eu recebi esse prédio. Evidentemente, é da União, mas é o tipo de coisa que poderá ser, futuramente, aproveitada, por meio de uma reunião de esforços. Se o Tribunal tem o terreno, porque não ir a outros setores que necessitam de terreno também e fazer uma construção vinculada a determinado setor, determinados andares para o Tribunal e o restante, evidentemente, para outros órgãos públicos. Isso é questão apenas de conversa. O fato é de que o Tribunal, hoje, não tem ainda espaço suficiente, com seus próprios prédios, para abrigar a toda a comunidade que gira em torno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Tanto que nós temos prédios alugados.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Isso é verdade. E aqui ao lado (da sede do TJDF) nós não temos nada. Não temos mais um metro.

24 Presidente do Conselho Nacional de Justiça para o biênio 2010-2012.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Ao lado do Fórum Verde, onde inclusive a Procuradoria do Distrito Federal está construindo seu prédio próprio, está em fase de acabamento, nós temos outra projeção, nos moldes do Fórum Verde, que poderia ser também, evidentemente, apropriada para o serviço do Tribunal, seja judicial, seja administrativo. Nós temos de ter imaginação criadora de ir atrás.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

O Desembargador está nos passando informações ricas sobre os problemas da Justiça do Distrito Federal e sobre muitas realizações das quais participou.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Sabe algo que não podemos deixar de dizer: falamos a pouco de lotação ideal. Eu tive a satisfação de fechar essa lotação com servidores. Chegamos a um nível em que todas as Varas do Distrito Federal estavam com sua lotação ideal fechada. Isso é muito importante. E com servidores do próprio Tribunal. Evidentemente, temos alguns requisitados, são poucos em relação a gama dos servidores próprios do Tribunal. Aqui, no Distrito Federal, nós temos essa vantagem, pelo menos, nós não dependemos, como nos estados – e eu tenho conhecimento disso exatamente por conta do Colégio de Presidentes – da boa vontade do Prefeito, de quem eles dependem muito, inclusive em termos de pessoal, porque não há pessoal suficiente para colocar em todas as Varas, em todos os Fóruns dos estados. É necessário que venha pessoal de fora, das Prefeituras.

Aqui nós não dependemos do Distrito Federal, temos de ter o (Governo) do Distrito Federal como comparsa, principalmente

palmente nessa área logística, de terrenos. Eu sempre tive em mente esse aspecto, dessa boa convivência com o Executivo local. Nós conseguimos terrenos. O Executivo daqui sempre foi muito solícito às pretensões do Tribunal. Cada um, guardada as suas respectivas posições, mas, evidentemente, nessa área o Executivo que determina. Inclusive, recordo-me de que, quando Presidente ainda tentei, evidentemente não consegui, tentei um terreno ao lado do STJ, na Praça dos Tribunais Superiores, prevendo um eventual aumento do Tribunal. Não hoje, mas futuramente. Temos de olhar para o passado, sentir o presente, mas de olho no futuro. Isso nós temos de ter. Por isso, nós estamos crescendo, talvez um dos melhores... Eu sempre coloco, o Desembargador Sérgio Bittencourt que dizia, “É o melhor Tribunal”, eu falava, “Não chego a tanto”, lógico respeito a todos os Tribunais, mas é um dos melhores Tribunais do nosso Brasil.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Com certeza. Também tenho essa opinião: a Justiça do Distrito Federal é uma das melhores do país. Na formação dessa minha opinião participam muitos advogados. Eles dão esse testemunho de que a Justiça aqui é uma das melhores do país. Mas penso que, com providências como esta de resgatar a Memória e outras realizações que o Tribunal vem tomando, e sempre foi pioneiro, esta Justiça daqui ainda vai ser a melhor do país mesmo. A melhor, a primeira. Verdade. Eu estou – do meu ponto de vista – satisfeíssimo com a contribuição do Desembargador Otávio.

Desembargador Antoninho Lopes

Ficou nos devendo uma explicação sobre o Colégio de Presidentes.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

É interessante. Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil. É uma entidade, sem fins lucrativo, que congrega todos os Tribunais de Justiça em torno de si. O Desembargador José Fernandes, nosso ilustre colega de Minas Gerais, a quem eu tive a honra, o prazer, de conhecer, de conversar, foi um dos idealizadores, porque, se na Justiça Federal havia a possibilidade de Conselhos, como há o Conselho da Justiça Federal e o da Justiça do Trabalho, também o tem a Justiça Comum. Dada a independência de cada um dos estados federados, não (se) permitia, formar essa coalizão de interesses em torno de um conselho estadual. Não. Era inviável. *Latu sensu*, a grosso modo, foi daí que surgia a ideia do Colégio de Presidentes, de congregar os Tribunais, por meio de seus dirigentes máximos, em torno de objetivos comuns e de situações comuns a todos os Tribunais. Este nosso Tribunal, eu tive a oportunidade de ingressar (no Colégio de Presidentes) quando era Presidente o Desembargador Marcus Faver²⁵, do estado do Rio de Janeiro, flamenguista, por sinal, embora eu não seja, fique entendido, nós participamos de inúmeras reuniões. Além do aspecto de intercâmbio de idéias entre os diversos estados da Federação, havia também o congratamento entre as pessoas. As pessoas não se conheciam. A Justiça de um estado não sabia o que a outra Justiça do estado do sul estava fazendo, a do Norte não sabia. Isso permitiu uma troca de experiência entre Presidentes, evidentemente com seus devidos assessores, as questões eram levadas, colocadas, cada um procurava, de uma forma ou de outra, minimizar problemas comuns. O Desembar-

25 Marcus Antonio de Souza Faver, Presidente do TJRJ de 2001-2002.

gador Faver ficou durante vários anos como Presidente. Eu saí da Presidência (do TJDFT), mas continuei no Colégio, que é composto de uma Comissão Executiva, com seis ou sete membros, e fui designado como um dos membros da Comissão Executiva, na época o Desembargador Marcus Faver era o Presidente. Hoje nós temos na Presidência do Colégio, o Desembargador Nilton Nobre – que ainda está na ativa – e é do Pará.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Pará. Isso mesmo. Ele foi da Ordem.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Foi muito bom, inclusive, ele ter assumido, sucedendo o Desembargador do Rio, porque ele foi Conselheiro do CNJ, uma das primeiras composições do CNJ, e traz experiência, evidentemente, do Conselho para nós. Então, hoje, o Tribunal tem se reunido, periodicamente se reúne, para troca de idéias e de vivenciamentos.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Reflexão sobre problemas comuns. Isso é muito, muito importante.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Isso é importante. Essa ideia se projetou não apenas na área dos Tribunais de Justiça, mas também na área dos Tribunais Regionais Eleitorais, que também têm o seu

Colégio. Aliás, eu cheguei a ser Presidente do Colégio dos Presidentes quando estava no exercício da judicatura do TRE-DF.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Desembargador, gostaria de agradecer a rica experiência que foi trazida para este Projeto Memória, em meu nome, em nome da Desembargadora Carmelita que capitaneia, melhor dizendo.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Permita-me um elogio à senhora, Desembargadora, por ter retomado esse projeto. Isso é muito importante, porque a memória nacional é muito curta.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Retomou com muito empenho.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Uma das coisas que acho muito interessante em relação ao estado americano do norte, os Estados Unidos, é a reverência que eles têm à memória. Cada situação que ocorre, e situações difíceis, guerras, etc., tudo, eles têm um respectivo memorial. As Torres²⁶, hoje, transformaram-se em um memorial em homenagem a todos que lá faleceram.

26 Memorial 11 de Setembro, construindo para homenagear os mortos nos ataques terroristas de 11/09/2001, quando dois aviões comerciais foram sequestrados e lançados contra as torres gêmeas que compunham o World Trade Center. A inauguração ocorreu em 11/09/2011, dez anos após os atentados terroristas.

As guerras, cada lugar tem a sua memória e com o nome escrito daqueles que deram a vida pelos outros.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

É verdade. Os homens passam, mas aquilo vai ficar.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Aquilo fica. Isso é importante. Permita-me, ilustre Desembargadora, parabensá-la por ter retomado este projeto, que é muito importante para o Tribunal. Para finalizar, quando eu fui Vice-Presidente, surgiu uma ideia: Galeria de Presidentes, Galeria de Corregedores. Mas havia Desembargadores que não foram nem Presidentes, nem Corregedores. Simplesmente ficaram no limbo. Mas foram Vice-Presidentes, por exemplo. Eu perguntei, “Por que não?” Nós temos, como a memória é muita curta, e você reconhece e relembra as pessoas se você tem algum objeto que faça lembrar delas. Qual a melhor forma de lembrar, não só para nós, mas para os que virão: galerias. Eu me lembro, não sei se continua ou não, que eu fiz galerias de composições de Tribunais desde o início de sua existência aqui no Distrito Federal. Nós fizemos galerias.

Desembargador Antoninho Lopes

Estavam no segundo andar.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Estavam no segundo andar. Isso é para as pessoas lembrarem. O Desembargador Campos do Amaral, foi Vice-Presidente. Ficou naquela fase em que não foi Presidente ou... mas foi Vice. Vamos homenageá-lo. Há outros desembargadores que não foram. Vamos homenageá-los.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves e Desembargador Antoninho Lopes

Foi uma boa ideia.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

O que fica, no fundo, é isso, e os mais modernos, os mais jovens precisam conhecer um pouco da história do Tribunal, saber que não foi feito com facilidade. Foi feito com muito esforço pessoal dos juízes e dos desembargadores e dos servidores. Fiz um resgate em relação aos servidores, quando Presidente, (porque) servidor nunca foi lembrado. A verdade é essa, sejamos honestos. (servidor) nunca foi lembrado, nem na aposentadoria. Quando muito, alguém dava um abraço, parabéns, tchau. Acabou... Tentei resgatar. Como? Fui a todos os Fóruns, com um simples diploma de agradecimento a todos aqueles que haviam completado mais de vinte anos no Tribunal. Um reconhecimento. Ninguém pediu. Catalogamos todos eles com vinte, vinte e cinco anos, e fomos a todas as circunscrições, com dia determinado, com solenidade. Entregamos, eu, Desembargador Sérgio, Desembargador Dácio – éramos três, não havia a Segunda Vice-Presidência – e entregamos a eles. Eu me senti muito gratificado por ter feito isso.

Desembargador Antoninho Lopes

Aqui também no Tribunal.

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

Aqui no Tribunal também. Eu vi pessoas que foram com a família, que foram com os filhos e o filho dos filhos e chegaram para mim com lágrimas nos olhos: “Desembargador, ninguém nunca pensou em mim, nunca pensou

na gente". Eu fico emocionado porque são coisas que ficam para sempre e temos de lembrar.

Desembargador Hermenegildo Gonçalves

Não tem um valor material, mas tem um valor espiritual. Muito bem.

Desembargador Antoninho Lopes

Obrigado.

«fim»

DATA DA ENTREVISTA

10/09/2014

LOCAL

Brasília

ENTREVISTADO

Desembargador Otávio Augusto Barbosa

ENTREVISTADORES

Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves

Desembargador Antoninho Lopes

TRANSCRIÇÃO

Patrícia Rodrigues de Sousa – SERAMI

REVISÃO

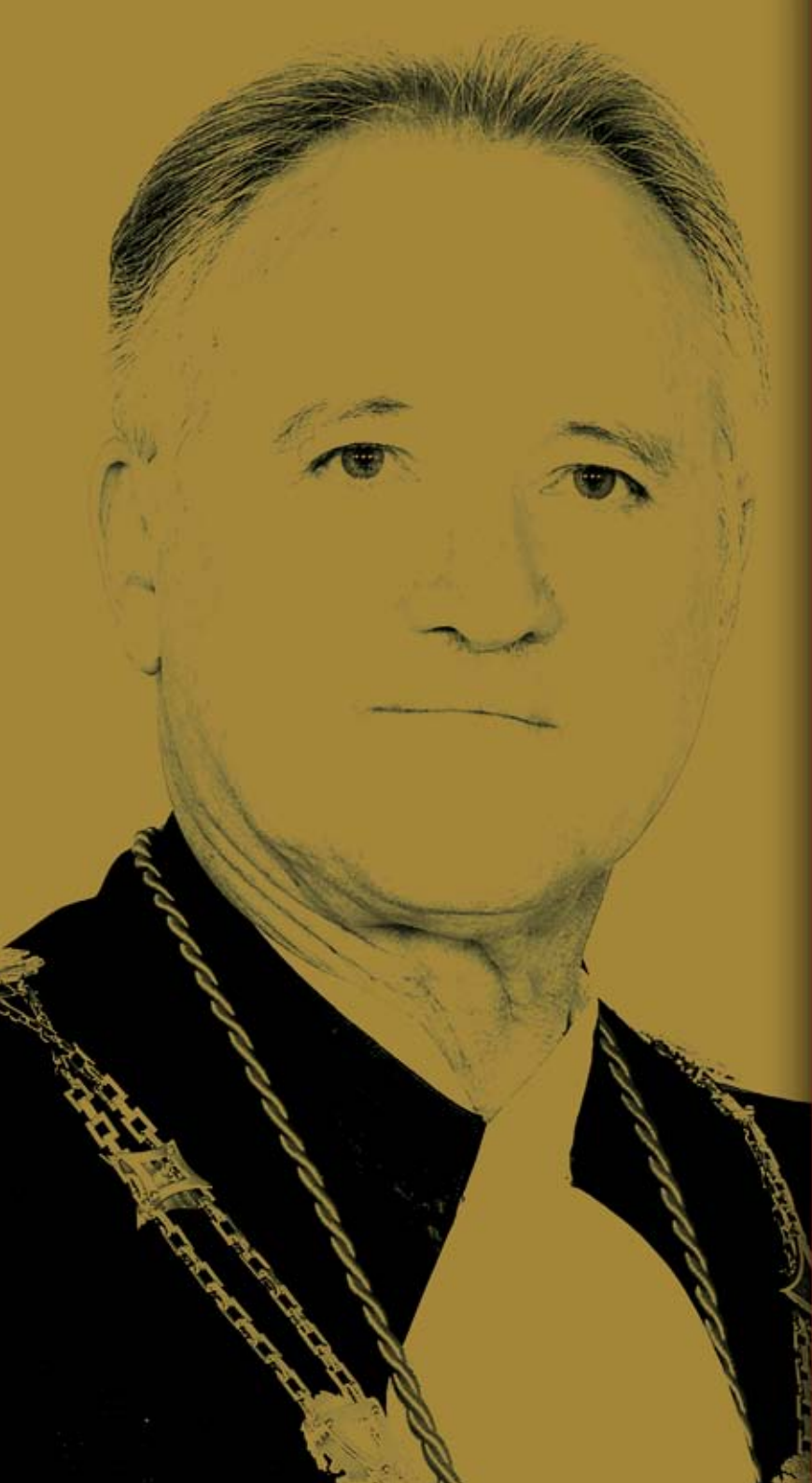
Iêda Oliveira de Araújo Alves – SERAMI

PROJETO GRÁFICO

Diego Vilani Morosino – ACS

DIAGRAMAÇÃO

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA
**HISTÓRIA
ORAL**

DESEMBARGADOR OTÁVIO
AUGUSTO BARBOSA

SERAMI

Serviço de Apoio à
Memória Institucional

SEGD

Secretaria de Gestão
Documental

GPVP

Gabinete da Primeira
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO DISTRITO FEDERAL
E DOS TERRITÓRIOS

TJDFT